



Ramagem desafia a Justiça e ataca Moraes

Deputado foragido diz estar em segurança nos EUA e que exercerá mandato a distância

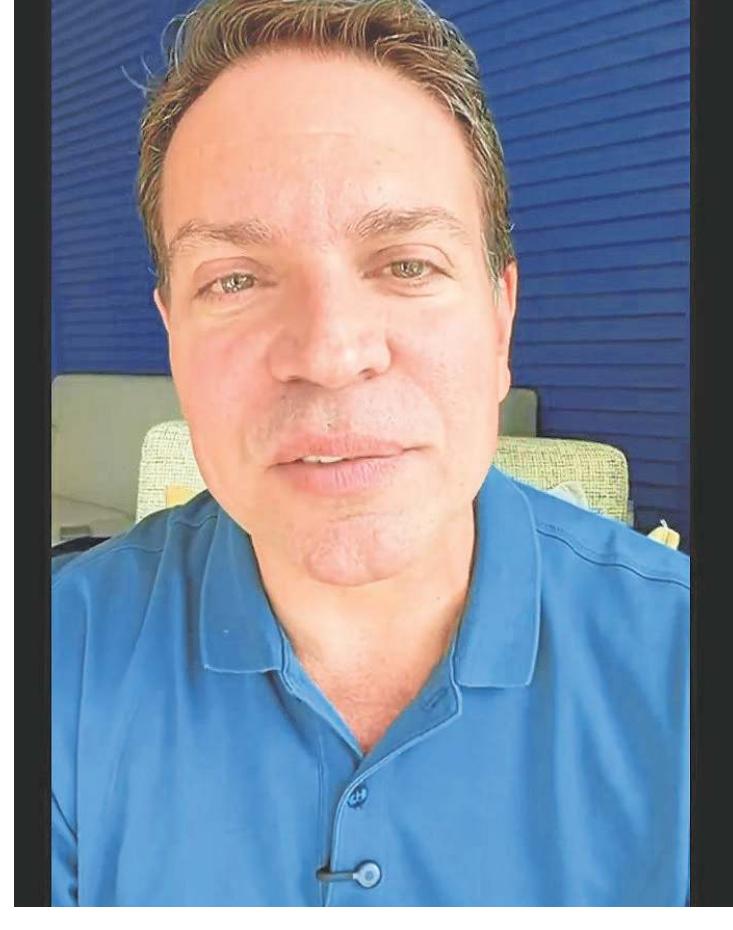
» JÉSSICA ANDRADE

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) — condenado no processo da trama golpista e alvo de mandado de prisão — afirmou que está “em segurança” nos Estados Unidos. Ele disse que foi para o país norte-americano com a família por uma questão de “proteção”, e disparou críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Após a fuga do parlamentar, o magistrado determinou a prisão preventiva dele.

“Esse violador de direitos humanos, declarado, sancionado mundialmente, se quiser pedir minha extradição, vai ter de enviar essa ação do golpe — nula do começo ao fim, cheia de ilegalidades, inconstitucionalidade, perseguições, que eu estou nela com Bolsonaro — para análise dos Estados Unidos. Só que o tirano da toga sabe de todas as atrocidades que cometeu nesses autos”, disparou contra Moraes, em vídeo publicado no X.

Ramagem negou que seja um foragido da Justiça. “Primeiro, que eu não vim para cá me esconder, mas para trabalhar pelo Brasil como eu puder. Para ser foragido, precisa de uma decisão judicial contra mim, e não tinha antecedentes da minha chegada”, argumentou. “Essa preventiva agora contra mim é manifestamente ilegal. Um parlamentar, pela Constituição, não pode ser preso por uma

Reprodução X



Ramagem publicou vídeo e disse que não foi se esconder nos EUA

medida cautelar preventiva. E, no final de uma ação no trânsito em julgado, só depois da maioria dos votos da Câmara.”

O deputado disse estar em situação regular. “Eu posso, sim,

continuar minha atuação parlamentar mesmo a distância, como vários, de vários partidos, fazem também. Eu estou respaldado na Constituição, nas leis, no regramento da Câmara,

e eu tenho certeza de que meus eleitores apoiam a minha atuação”, frisou.

Ele classificou a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro de “absurda, sem fundamento e ilegal”. “Anticiparam essa ilegalidade por razões políticas, nada jurídicas”, sustentou. E clamou pela anistia “ampla, geral e irrestrita”. Cobrou a mobilização das bancadas do agro e evangélica. “É hora de pautar a anistia, se pautar, passa, na Câmara e no Senado”, destacou.

No domingo à noite — em entrevista ao programa Conversa Timeline, do blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira desde 2021 —, Ramagem disse que permanece nos EUA com a “anuência” do governo de Donald Trump. Ele afirmou ter sido “abraçado” pela administração republicana.

O condenado na trama golpista fugiu do Brasil em setembro. Uma reportagem do site PlatôBR revelou que ele vive atualmente em um condomínio de luxo em Miami, na Flórida. A Polícia Federal rastreou o trajeto usado pelo deputado para deixar o país: ele teria saído por Boa Vista (RR), provavelmente atravessando para a Venezuela ou para a Guiana e, de lá, viajado para os Estados Unidos, tudo sem registro oficial de saída.

A fuga levou Moraes a decretar a prisão dele. A Câmara informou que não autorizou qualquer missão oficial do parlamentar fora do país.

PODER

Relação abalada de governo e Congresso

A cúpula do Congresso está em rota de colisão com o governo Lula. Dias depois de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmar que será um “novo Davi” para o Palácio do Planalto, há uma nova crise na praça.

Alcolumbre manifestou revolta com a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de indicar o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PI), tem dito, por sua vez, que está sendo desrespeitado pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ).

O caldo entornou de vez depois de Motta dizer, ontem, que não vai mais se relacionar com Lindbergh. O presidente da Câmara está furioso com o fato de líderes e dirigentes do PT irem às redes sociais para criticar sua condução dos trabalhos na Casa.

Na avaliação dele, Lindbergh estimula essa iniciativa para “esconder falhas na articulação política” do Palácio do Planalto.

A gota d’água para Motta estourar foi a crítica feita pelo líder do

PT e por integrantes do governo às mudanças no Projeto Antifacção. A proposta foi enviada à Câmara pelo Ministério da Justiça e acabou aprovada com várias mudanças no texto original.

Lindbergh criticou o fato de Motta ter indicado o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), secretário da Segurança Pública de São Paulo, para relatar o texto, rebatizado por Motta e Derrite de Marco Legal do Combate ao Crime Organizado.

A escolha de Derrite também foi vista pelo Planalto como um mau sinal, porque o deputado é braço direito do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), cotado para desafiar Lula nas eleições de 2026.

“Se há uma crise de confiança na relação entre o governo e o presidente da Câmara, isso tem mais a ver com as escolhas que o próprio Hugo Motta tem feito”, disse Lindbergh, ao chamar o colega de imaturo. “Ele que assuma as responsabilidades por suas ações.”

Na outra ponta, Alcolumbre ainda não digeriu a indicação de Jorge Messias para o STF. “Vou mostrar ao governo o que é não ter o presidente do Senado como aliado,”

afirmou ele, a portas fechadas, depois de saber que Lula confirmara a escolha do advogado-geral da União sem comunicá-lo antes. O presidente do Senado defendia a indicação de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a Corte.

Mal-estar

Alcolumbre foi duro com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que é amigo de Messias. No diagnóstico dele, Wagner foi desleal com seus pares ao fazer “campanha” para Messias antes mesmo de sua indicação.

De início, Wagner amenizou o mal-estar, mas, depois que Alcolumbre confirmou o rompimento, admitiu o problema. “Espero que esse mal-estar do Davi comigo termine logo, porque queremos desacionar o ambiente”, argumentou o senador. “Acho que Lula vai chamá-lo para conversar.”

Logo depois do anúncio de Messias, o presidente do Senado começou a desengavetar projetos que aumentam os gastos públicos, além de propostas que incomodam Lula.

A pauta-bomba prevê mudanças no Orçamento para estabelecer um calendário obrigatório de pagamento das emendas parlamentares no primeiro semestre de 2026, ano eleitoral.

Alcolumbre também vai criar dificuldades para o governo na CPI do INSS e tirou da prateleira o projeto de lei complementar que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A proposta foi aprovada pela Câmara em outubro, mas repousava no Senado, a pedido da equipe econômica, porque seu impacto fiscal ultrapassa os R\$ 20 bilhões em 10 anos.

Agora, Alcolumbre afirmou que vai pautar essa votação hoje. Já na quinta, está marcada uma sessão do Congresso para apreciar mais de 50 vetos de Lula a projetos que passaram pelo crivo do Legislativo, entre eles o que afrouxa normas do licenciamento ambiental.

O governo já espera derrotas nos dois casos, mas pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal quando o texto aprovado trazer impacto fiscal.

**TERRA DE OPORTUNIDADES
QUE CRESCE SEM PARAR.
E o nosso orgulho cresce junto.**

Para cada brasileiro,
**o NORDESTE
inteiro.**

Há 73 anos, o Banco do Nordeste transforma a região no campo e na cidade, investindo em inovação, infraestrutura e sustentabilidade, para que o Nordeste mostre suas forças cada vez mais.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizacedo.df@dab.com.br

Bolsonaro preso e indicação de Messias estressam relações no Congresso

A semana começa com o governo politicamente fragilizado em duas frentes simultâneas: no Senado, com a reação negativa do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), à indicação, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF); e na Câmara, cujo presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), está rompido com o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), por causa de agendas identificadas com a oposição, nas quais o Palácio do Planalto foi derrotado.

O clima está ainda mais tenso porque a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro, no sábado, por causa da violação da tornozeleira eletrônica, reanimou articulações por uma anistia ao ex-chefe do Executivo e reacendeu o confronto com o Judiciário.

A escolha de Messias, atual advogado-geral da União, contrariou diretamente Alcolumbre, que atuava para emplacar o nome do ex-presidente da Casa Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Irritado com o anúncio, Alcolumbre pautou, horas depois, a votação de uma proposta de aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde, considerada uma “pauta-bomba”, pelo impacto fiscal. A leitura entre parlamentares foi imediata: o Senado decidiu impor custo político à decisão do Planalto.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu, nesta segunda-feira, que “não há clima” para votar a indicação de Messias este ano. “É preciso esfriar a tensão”, afirmou, numa referência direta ao desgaste com Alcolumbre e ao calendário apertado de fim de ano, que inclui a votação da LDO e do Orçamento.

A crise com o Senado coincide com o movimento de afastamento de Hugo Motta em relação ao governo. Em menos de um ano no comando da Câmara, o deputado abandonou a postura de aliado tácito do Planalto e passou a se alinhar abertamente à oposição, em pautas consideradas existenciais para o governo. O ápice desse movimento foi a condução do PL Antifacção, principal aposta do governo para responder à crise de segurança pública, que resultou numa vitória arrasadora da oposição.

Motta entregou a relatoria do texto ao deputado Guilherme Derrite (PP-SP), secretário de Segurança de Tarcísio de Freitas. O relator alterou pontos-chave do projeto, enfraquecendo a Polícia Federal e transformando a medida numa vitória estratégica para o campo bolsonarista no plano eleitoral. O governo orientou contra, mas viu o PT votar isolado ao lado de Psol e PCdoB.

O desgaste cresceu nos dias seguintes. Em entrevista, Motta declarou rompimento pessoal com o líder do PT, Lindbergh Farias, acusando-o de usar redes e tribuna para constranger a Câmara. Lindbergh rebateu, dizendo que “política não é clube de amigos” e classificando a reação de Motta como “imatura”.

Chantagens

A insatisfação na cúpula da Câmara é antiga. Deputados do Centrão afirmam que o Planalto descumpriu acordos sobre cargos e liberação de emendas, além de acumular atritos em votações sensíveis, como a queda do decreto do IOF e a não tramitação da MP que aumentava impostos. Para esse grupo, Motta passou a expressar uma insatisfação difusa da Casa com a articulação política do governo.

A prisão de Bolsonaro acirra ainda mais os conflitos. Embora não seja a causa da fragilidade do governo, a decisão reforçou a união da oposição e reativou a pauta da anistia, ampliando a pressão contra o STF e um ambiente mais hostil ao Executivo. Líderes do PL passaram a tratar a anistia como “resposta institucional” ao que chamam de “criminalização da política”.

Nesse ambiente, a indicação de Jorge Messias se converteu numa questão estratégica, porque o Senado era o anteparo com o qual o governo contava para neutralizar pautas aprovadas na Câmara nas quais havia sido derrotado, como foi o caso da chamada PC da Blindagem, que impedia que deputados federais fossem investigados sem prévia autorização de seus colegas parlamentares.

Entre líderes do Congresso, a percepção é de que o governo chega ao final deste ano com pouca margem de manobra, dependente de uma articulação que já vinha tensionada e agora enfrenta resistências explícitas. A recomendação de Jaques Wagner — “esfriar a tensão” — visa evitar que o afastamento de Alcolumbre e Motta se transforme em ruptura definitiva.

O diagnóstico no Congresso é de que Lula perdeu, simultaneamente, o eixo de governabilidade na Câmara e o amortecedor político no Senado. A combinação entre a crise envolvendo a indicação ao STF, o realinhamento de Motta e o ambiente radicalizado pela prisão de Bolsonaro coloca o governo numa das semanas mais difíceis, quando precisa aprovar o Orçamento, pacificar a base e reconstruir um mínimo de cooperação com o Legislativo.

Indiferente a esses percalços, o presidente Lula faz uma avaliação de que deve resistir às chantagens dos parlamentares do Centrão, que gostam de ser tratados como governistas e se comportam como oposição em votações decisivas para o êxito da sua gestão. O rompimento de Motta e o afastamento de Alcolumbre seriam parte desse contexto, que já aponta para as eleições de 2026.

**TERRA DE OPORTUNIDADES
QUE CRESCE SEM PARAR.
E o nosso orgulho cresce junto.**

Para cada brasileiro,
**o NORDESTE
inteiro.**

Há 73 anos, o Banco do Nordeste transforma a região no campo e na cidade, investindo em inovação, infraestrutura e sustentabilidade, para que o Nordeste mostre suas forças cada vez mais.

Conheça novas possibilidades.

@Banco do Nordeste

Banco do Nordeste

Governo do Brasil